

Valorização do Pomar Tradicional de Sequeiro Algarvio

Valorização do Pomar Tradicional de Sequeiro Algarvio



Coordenação da Edição
Agostinho de Carvalho
Emília Madeira



Ficha Técnica

Título

Valorização do Pomar Tradicional de Sequeiro Algarvio

Autores de Artigos

Agostinho de Carvalho - Professor da UAlg (Faculdade de Economia)

Emília Madeira - Assistente da UAlg (Faculdade de Economia)

Miguel Freitas - Assistente da UAlg (Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais)

José Manuel V. Graça - Assistente da UAlg

(Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais) /AIDA

João Mendes Espada - Engenheiro Agrónomo

António Félix (estágio de licenciatura) - UAlg

Luis Ferreira (estágio de licenciatura) - UAlg

Fernanda Moura R. Rita (estágio de licenciatura) - UAlg

Coordenadores da Edição

Agostinho de Carvalho (UAlg)

Emília Madeira (UAlg)

Edição

Universidade do Algarve

Campus das Gambelas - 8000 Faro

Instituições participantes



Programa
INTERREG II

Projecto n.º 13/Reg II/6/96

Co-financiado pelo

FEDER e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia

Paginação, Montagem, Impressão e Acabamentos

Gráfica Comercial

Zona Industrial de Loulé, Lote 18

Apartado 247 - 8100-911 Loulé

Tel.: 289 420 200 - Fax: 289 420 201

E-mail: grafica@mail.telepac.pt

Tiragem: 500 exemplares

Depósito Legal: 162644/01

I.S.B.N.: 972-9341-32-X

Novembro 2000

Índice

O Futuro do Pomar Tradicional de Sequeiro

Agostinho de Carvalho 9

Evolução do Pomar Tradicional de Sequeiro Algarvio

Miguel Freitas e José Graça 15

1 - Caracterização das fileiras associadas ao sequeiro algarvio 18

1.1 - Alfarrobeira 18

1.1.1 - Produção 18

1.1.2 - Comercialização / trituração 19

1.1.3 - Segunda transformação 21

1.1.4 - Exportação / importação 23

1.2 - Amendoeira 24

1.2.1 - Produção 24

1.2.2 - Comercialização 26

1.2.3 - Transformação 28

1.2.4 - Exportação / importação 29

1.3 - Figueira 30

1.3.1 - Produção 30

1.3.2 - Comercialização / transformação 32

1.3.3 - Exportação / importação 33

1.4 - Oliveira 35

1.4.1 - Produção 35

1.4.2 - Comercialização / transformação 37

1.4.3 - Exportação / importação 39

2 - Apoios aos produtos do sequeiro algarvio (1986/99) 41

2.1 - Ajudas ao sector de frutos de casca rija e alfarroba

(Reg. CEE 1035/72, 2159/89) 41

2.2 - Agroambientais (Reg. CEE 2078/92) 42

2.3 - Florestação de terras agrícolas (Reg. CEE 2080/92) 43

2.4 - Medidas florestais (PAF e PDF) 43

2.5 - Medidas de investimento agrícola (Reg. CEE 797/85,

2328/91 e PAMAF - Medida 2) 43

2.6 - Incentivos à reconversão das unidades de transformação e

comercialização (Reg. CEE 255, 866 e PAMAF - Med. 5) 43

2.7 - Ajuda à produção de azeite e de azeitona de mesa 44

2.8 - Ajudas ao figo seco (Reg. CEE 2201/96, 1573/99 e 1662/99) 45

Índice

Análise das Medidas de Política Florestal nos Concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Tavira, S. Brás de Alportel, Loulé e Silves	47
<i>Miguel Freitas e José Graça</i>	47
1 - 1.º Quadro Comunitário de Apoio	47
1.1 - Programa de Acção Florestal	47
1.2 - Reg. (CEE) 797/85	49
2 - 2.º Quadro Comunitário de Apoio	51
2.1 - Programa de Desenvolvimento Florestal	51
2.2 - Reg. (CEE) 2080/92	53
3 - Comparação das quatro medidas de política florestal	56
4 - Conclusão	60
Impacte de Medidas de Política no Concelho de Loulé	63
<i>Emília Madeira</i>	63
1 - Caracterização Genérica do Algarve	63
2 - Ajudas ao Sector Agrícola no Algarve (Período 1994/96)	66
3 - O Concelho de Loulé	70
3.1 - Caracterização Sócio-Económica do Concelho de Loulé	71
4 - Análise da aplicação das medidas de política no Concelho de Loulé (Período 1994/96)	72
Sistemas de Produção de Alfarroba e Perspectivas de Desenvolvimento no Concelho de Loulé	87
<i>Fernanda Rita, José Graça e João Espada</i>	87
1 - Estrutura produtiva do pomar de alfarrobeiras no Algarve entre 1979 e 1989	88
2 - Avaliação do pomar tradicional de sequeiro	91
2.1 - Comparação da área com alfarrobeira obtida a partir do RGA/89 e cartografia da distribuição da alfarrobeira no Algarve	91
2.2 - A escolha da zona de estudo	95
2.2.1 - Metodologia	95
2.2.2 - Concelho alvo do inquérito: Loulé	95
2.2.3 - Freguesia alvo do inquérito: S. Sebastião	97
3 - Inquérito por amostragem à freguesia de S. Sebastião	98
3.1 - O método de amostragem	98

3.2 - Definição da amostra	98
3.3 - Formulação do inquérito	99
3.4 - Avaliação da amostra	100
3.4.1 - Apreciação dos resultados do inquérito	100
3.5 - Análise do resultado dos inquéritos	101
3.5.1 - Produtor, instrução, dedicação à exploração e rendimentos exteriores	101
3.5.2 - A exploração	103
3.5.3 - A produção	104
3.5.4 - Técnicas culturais	104
3.5.5 - Plantação e subsídios	106
3.6 - Generalização da amostra para a freguesia de S. Sebastião	108
3.6.1 - Exploração, área e residência do produtor	109
3.6.2 - Dedicação à exploração e técnicas culturais	109
3.6.3 - Subsídios	111
3.6.4 - Comparação das áreas RGA/cartografia/inquéritos	112
4 - Conclusões e perspectivas futuras	113

Contributo para a Valorização da Amêndoa do Algarve

<i>Luís Ferreira e Emília Madeira</i>	123
1 - Caracterização do sistema de produção e comercialização da amêndoa do Algarve	124
1.1 - Estruturas Associativas do Algarve	128
1.1.1 - Cooperativas	128
1.1.2 - Organizações de Produtores	128
1.2 - Empresas Privadas	130
2 - Estudo de caso: Sociedade Cooperativa Andaluza Almendrera Del Sur	131
2.1 - Sector Produtivo	132
2.2 - Produtos	134
2.3 - Funcionamento da Cooperativa	135
2.4 - Controlo de Qualidade	139
2.5 - Produtos Biológicos	144
3 - Perspectivas Futuras para a Amêndoa do Algarve	146
3.1 - A curto prazo	147
3.2 - A médio e longo prazo	148

Perspectivas de Produção e Comercialização de Figo para Consumo em Fresco no Algarve

<i>António Félix e Emília Madeira</i>	151
1 - Situação económica da figueira	151
2 - Caracterização das tecnologias de produção de figo para venda em fresco no Algarve	157
2.1 - Metodologia	157
2.2 - Sistema de cultura	159
2.2.1 - Instalação da cultura	160
2.2.2 - Práticas culturais	162
2.3 - Circuitos de comercialização de figo fresco	165
2.4 - Tecnologias de produção	169
3 - Conclusões e perspectivas futuras	171
Anexo A	175
Bibliografia	181

Perspectivas de Valorização para os Produtos do Sequeiro Algarvio

<i>Miguel Freitas e José Graça</i>	183
1 - Preservar a identidade como activo estratégico	184
2 - Assegurar produtos e serviços de qualidade	185
3 - Promover a criação de uma lógica regional de inovação	186
4 - A cooperação como factor de competitividade regional	188

O Futuro do Pomar Tradicional de Sequeiro

Agostinho de Carvalho

O pomar tradicional de sequeiro algarvio é uma das variantes dos sistemas agro-florestais do mediterrâneo, os quais, de acordo com Brito de Carvalho (1), integram na sua máxima expressão três componentes produtivas, a florestal, a agrícola e a pastoril. Na fase actual é uma consociação de alfarrobeiras, amendoeiras, figueiras e oliveiras, ou caracteriza-se pela presença de uma ou algumas das espécies referidas (2).

Uma das fontes mais utilizadas nos trabalhos sobre o pomar tradicional de sequeiro são os inquéritos do INE, nos quais este pomar é considerado "como uma cultura regular de árvores de fruto, normalmente alinhadas (...). No caso de figueiras, amendoeiras, alfarrobeiras (...) e oliveiras, a distância máxima considerada é de 15 m (45 árvores por hectare). Se duas ou mais espécies se encontram associadas, a área é repartida proporcionalmente à importância de cada uma das espécies (...) (3).

Com a utilização do método acabado de indicar o INE dá-nos do pomar tradicional de sequeiro uma imagem desvirtuada da realidade. Com efeito, Rita *et alli* (4) constataram uma grande diferença entre os valores dos povoamentos de alfarrobeira para o Algarve, com origem no INE (RGA/89), 10.183 hectares, e nos obtidos a partir de fotografias aéreas (85.000 ha: alfarrobeira estreme cultivada: 12.000; alfarrobeira em povoamento misto: 60.000; alfarrobeira dominada pelo mato: 13.000). Os autores citados afirmam que apesar de haver razões que explicam parte significativa do desvio observado, a fundamental centra-se em questões de método. Isto levou-os a comparar ao nível de uma freguesia considerada representativa as áreas de alfarrobeira com base em três métodos: cartografia, inquérito por amostragem e dados do INE.

Obtiveram os seguintes resultados: 5000, 4883 e 1786 hectares de alfarrobeiras, respectivamente, a partir da cartografia, do inquérito e do RGA/89. Em consequência concluíram que "o processo de recenseamento e os conceitos adoptados pelo INE, não permitem a visualização da área real do pomar tradicional de sequeiro" (5) e sugerem que esta instituição altere a metodologia que está a usar na inquirição do pomar tradicional de sequeiro. A aceitação desta recomendação teria, sem dúvida, efeitos benéficos na concepção de estratégias de desenvolvimento para a Serra e o Barrocal, pois só o conhecimento da realidade concreta permitirá a sua adequada transformação.

Impacte de Medidas de Política no Concelho de Loulé

Emília Madeira

Um dos objectivos deste projecto de investigação – “Valorização dos Sistemas Agroflorestais da Serra e Barrocal do Algarve” é a avaliação do impacte que as medidas de política agrícola, muito especialmente o PAMAF e as Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC, têm tido no desenvolvimento, recuperação ou degradação dos agrossistemas do Barrocal e da Serra do Algarve.

1 – Caracterização Genérica do Algarve

O Algarve perfazendo no seu total cerca de 5000 Km², 6% da superfície total do país, individualiza-se facilmente do resto do mesmo não tanto pela sua localização periférica, mas sobretudo pelas suas características climáticas, morfológicas e pedológicas.

Esta região caracteriza-se por um clima temperado com influências mediterrânicas. A amenidade do clima, aliado às suas belas praias constitui um dos principais atractivos sob o ponto de vista turístico e convida à permanência humana.

Apesar da sua individualidade, a região apresenta internamente diversidades de ordem vária, condicionadas principalmente pela geologia, que permite subdividir o Algarve em três sub-regiões:

A Serra, que ocupa cerca de 50% da superfície regional, tem solos pobres e de reduzida utilidade agrícola o que tem provocado uma progressiva desertificação ecológica e humana;

O Barrocal, que constitui cerca de 25% da área regional, tem solos com boa aptidão hidrológica e elevada capacidade agrícola, apesar da existência de inúmeros afloramentos rochosos;

O Litoral, corresponde a uma estreita faixa junto à costa e é onde se concentram os melhores solos agrícolas, a maior parte da actividade económica regional e os principais centros urbanos.

Em termos económicos podem-se identificar três pólos de desenvolvimento: O turismo, a agricultura e a pesca.

O turismo, o grande motor de crescimento económico do Algarve, favorece outros sectores como o comércio e a construção civil.

A agricultura onde coexistem culturas e práticas tradicionais (frutos secos e produções de subsistência) e actividades mais modernas (hortícolas e frutos frescos, com destaque para os citrinos), tem como limitação, ter de concorrer com o turismo na utilização dos solos e na procura de mão-de-obra.

O Algarve, é desde a década de 70 uma região de forte atracção populacional, motivada não só pelo incremento turístico e pelas actividades a ele ligadas mas também devido ao retorno de residentes nas ex-Colónias e ao regresso de emigrantes. Este acréscimo populacional tem apresentado, no entanto, um grande desequilíbrio na sua distribuição intra-regional, caracterizado por assimetrias de ocupação humana do seu território, que opõem a faixa Litoral ao interior Serrano e que ainda contrastam com o intermédio Barrocal.

A população residente aumentou globalmente mas esse acréscimo beneficiou principalmente os concelhos cujas densidades populacionais já eram superiores à média regional (Quadro I.1).

A evolução da população delimitou áreas de "contraste", atracção populacional para o Litoral e áreas de permanente e forte repulsão (Serra). Ao mesmo tempo, tem-se assistido ao envelhecimento das populações do Interior.

Os concelhos que se integram na Serra, (Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique e S. Brás de Alportel) a que se junta a parte Norte dos concelhos de Tavira, Loulé e Silves, apresentam uma economia marcadamente subdesenvolvida, onde a agricultura se apresenta como grande empregadora.

Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé (parte), Olhão, Portimão, Tavira (parte), Vila do Bispo e Vila Real de St. António formam o Litoral, onde a influência turística na economia é notória, e nestes concelhos a grande parte do emprego é nas actividades turísticas de parceria com a construção civil e os serviços.

Loulé, Tavira e Vila do Bispo diferenciam-se dos restantes concelhos deste grupo pela presença significativa da agricultura.

A estrutura da população activa reflecte o efeito do crescimento do chamado sector terciário, onde predominam as actividades relacionadas com o comércio e o turismo.

O sector agrícola que ocupava em 1960 mais de 50% da população activa, em 1991 desceu para 14%, enquanto que a população activa no sector terciário passou para 65%.

Não há dúvida que a evolução mais recente da região do Algarve se tem caracterizado por um desenvolvimento económico fortemente influenciado pelo turismo, denominado de "Sol e Praia". Assim, enquanto no Litoral se detec-

Quadro I.1 - Estrutura Sócio-Económica dos Concelhos do Algarve

Algarve	Área (Km ²)	N.º Expl. Agrícolas	Superfície Total das Expl. (ha)	População 1991	Densidade 1991	Var. (%) 60/91	Grupos Etários (%)			Índice de Envelhecimento	Pop. e/ 12 ou + anos, Empregada (1991)			
							0-14	15-64	65 e +		Total (n.º)	Sector I (%)	Sector II (%)	Sector III (%)
Albufeira	140,9	1.853	6.495	20.949	148,7	42,2	19,5	66,6	13,9	71,2	9.980	6,7	16,7	76,6
Alcoutim	576,6	1.083	31.256	4.571	7,9	-50,8	12,8	55,2	32,1	25,1,5	1.230	36,9	18,6	44,5
Aljezur	322,4	1.027	16.193	5.006	15,5	-38,5	13,6	61,1	25,3	186,7	1.752	40,6	19,2	40,2
Castro Marim	299,9	877	17.531	6.803	22,7	-31,9	15,2	61,9	22,8	149,9	2.398	23,1	28,7	48,1
Faro	197,2	2.023	7.516	50.761	257,4	42,4	18,9	67,3	13,7	72,5	22.330	10,1	17,5	72,4
Lagoa	88,0	705	3.551	16.780	190,8	21,2	19,2	66,2	14,6	76,1	7.390	7,1	27,9	65,0
Lagos	212,9	929	8.664	21.526	101,1	26,2	17,7	65,8	16,5	93,1	9.269	7,0	23,6	69,3
Loulé	765,1	5.293	43.970	46.585	60,9	3,2	17,3	63,9	18,9	109,3	18.172	12,6	33,7	63,6
Monchique	396,2	1.416	24.148	7.309	18,5	-50,5	13,8	61,7	24,5	177,3	2.755	36,4	19,5	44,1
Olhão	126,8	1.594	6.674	36.812	290,3	19,2	19,7	64,7	15,6	79,2	14.239	19,1	25,2	55,6
Portimão	182,9	735	8.281	38.833	212,3	60,9	18,3	66,6	15,0	81,9	17.270	5,1	18,7	76,2
S.B. Alportel	150,1	949	9.068	7.526	50,2	-16,9	15,7	62,4	21,9	139,1	2.726	9,0	31,7	59,4
Silves	678,8	4.180	38.956	32.924	48,5	-1,3	16,8	62,8	20,4	121,4	13.441	18,6	23,1	58,3
Tavira	611,1	2.803	42.687	24.857	40,7	-10,6	16,6	63,2	20,2	121,9	9.343	25,9	24,3	49,8
Vila do Bispo	179,3	355	6.704	5.762	32,1	-3,8	15,7	63,0	21,3	135,8	2.312	19,2	17,3	63,5
V.R.S.A.	62,5	321	3.148	14.400	230,6	-4,0	19,0	66,0	14,9	78,4	5.653	10,8	27,1	62,1
TOTAL	4.990,5	26.143	274.842	341.404	68,4	8,4	17,9	64,8	17,3	90,9	140.260	13,5	22,0	64,4

tam áreas com elevados ritmos de crescimento, não é visível o mesmo efeito noutras zonas mais interiores.

A agricultura, principalmente a fruticultura de sequeiro, que historicamente apresentava grande peso na economia desta região depara-se com estrangulamentos diversos, entre eles o rápido crescimento do turismo, actividade muito mais rentável que a agricultura e que tem vindo a polarizar recursos humanos e naturais da região acelerando o êxodo rural e favorecendo a concentração no Litoral.

2 – Ajudas ao Sector Agrícola no Algarve – (Período 1994/96)

Analisando os primeiros três anos do 2º QCA (1994/96) constatámos que segundo os dados do IFADAP (Quadro II.1) mais de 11 milhões de contos foram investidos no Algarve, ao abrigo do PAMAF (Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal) e das Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC. Do investimento realizado 82% corresponde às primeiras e 18% às segundas.

No PAMAF as Medidas que revelaram maior impacte ao nível das explorações foram a Medida 2 *1, com 62% do investimento deste programa e incidindo em 989 explorações (60% do total das beneficiadas por este programa neste período) seguida da Medida 3 *2 com 17% do investimento incidindo em 17% das explorações.

Na Medida 2 destacou-se a acção 1, com 56% do investimento desta Medida, que visava dar continuidade às ajudas previstas no Reg. (CEE) 2328/91 (ex.797), aumentando a eficácia e competitividade das explorações agrícolas e contribuindo para o desenvolvimento do tecido social das zonas rurais, designadamente no que respeita ao nível de vida dos agricultores.

*1 Medida 2 – Desenvolveu-se essencialmente através das acções 1 e 2 e tinha como objectivos específicos: a modernização das explorações agrícolas, no sentido de obter redução de custos de produção e melhoria na qualidade dos produtos, através da reorientação dos sistemas de produção e de alterações tecnológicas; o rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola; a melhoria da organização das explorações agrícolas e a manutenção da agricultura em zonas desfavorecidas.

*2 Medida 3 – Tinha como objectivos específicos: alargar e melhorar a área de floresta, prosseguindo com uma gestão sustentada a sua manutenção produtiva e diversidade biológica.

Quadro II.1 - Ajudas ao Sector Agrícola no Algarve (Período 1994/96)

(Valores em milhares de contos)

Medidas / Anos	1994		1995		1996		TOTAL	
	N.º Proj.	Sub. Inv.	N.º Proj.	Sub. Inv.	N.º Proj.	Sub. Inv.	N.º Proj.	Sub. Inv.
PAMAF	148	1250,4	938	4612,5	553	3233,2	1639	9096,1
Medida 1 – Infraestruturas	0	0	150	461,9	153	536,2	303	998,1
- Pequenos regadios	-	-	97	261,2	104	298,2	201	559,4
- Caminhos	-	-	4	61,8	7	138,9	11	200,7
- Electrificação	-	-	49	138,9	42	99,1	91	238,0
- Emparcelamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida 2 – Expl. Agrícolas	140	1121,1	625	2812,6	224	1667,2	989	5600,9
- Acção 1 (ex.797)	140	1121,1	111	1050,0	90	931,1	341	3102,2
- Acção 2 (ex. Novagri)	-	-	155	971,1	132	733,2	287	1704,3
- Acção 3 (Seca 95)	-	-	359	791,5	2	2,9	361	794,4
Medida 3 – Florestas	0	0	128	970,3	157	574,9	285	1545,2
- PDF	-	-	128	970,3	157	574,9	285	1545,2
- Prof. contra incêndios	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida 4	2	40,6	12	190,1	8	144,0	22	374,7
- Proagri	-	-	2	12,3	-	-	2	12,3
- Agrup. de Produtores	-	-	4	54,4	5	-	9	127,4
- Divulgação	2	40,6	3	29,7	3	-	5	70,3
- ADS	-	-	3	148,1	3	144,0	6	292,1
Medida 5 – Transf. e Comérc.	0	0	1	8	4	210,0	5	218,0
- Acção 1 (Reg. 866 e 867/90)	-	-	-	-	4	210,0	4	210,0
- Acção 2 (Incent. Prod. Trad.)	-	-	1	8	-	-	1	8,0
Medida 6 - Formação	6	88,7	22	169,6	7	100,9	35	359,2
- Form. Agricultores	4	83,2	17	151,1	6	91,2	27	325,5
- Form. Técnicos	1	3,7	4	10,8	-	-	5	14,5
- Assistência	1	1,8	1	7,7	1	9,7	3	19,2
Medidas de Acompanhamento	64	371,6	186	922,1	156	670,7	406	1964,4
- Reg. 2078 (Agro-Amb)	-	-	4	95,0	-	-	-	-
- Reg. 2079 (Cessação)	-	-	182	922,1	155	670,7	5	631,7
- Reg. 2080	64	371,6	182	922,1	155	670,7	401	1964,4
TOTAL	212	1622	1124	5534,6	709	3903,9	2045	11060,5

Fonte: IFADAP.

Na Medida 3, o Programa de Desenvolvimento Florestal (PDF – Acção 1) que visava, rearborear áreas ardidas e arborizar áreas de potencial uso florestal, beneficiar a área florestal existente, promover a construção e melhoria da rede de infra-estruturas florestais e fomentar o uso múltiplo da floresta, deteve os 100% do investimento desta Medida.

Pelas Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC, foi o Reg. (CEE) 2080/92, que concedendo ajudas aos projectos de investimento que se destinassem, quer a arborização de superfícies agrícolas, quer à beneficiação de superfícies florestais em explorações agrícolas, que mobilizou a totalidade do investimento, e ao que lhe correspondeu subsídios superiores a 90% do seu montante.

Ao abrigo deste regulamento os beneficiários das ajudas à arborização, excepto no caso de espécies de rápido crescimento, têm também direito a dois prémios anuais por hectare arborizado, destinados a cobrir, durante os 5 primeiros anos, os custos decorrentes das operações de manutenção das superfícies arborizadas constantes dos projectos de investimento (Prémio de Manutenção) e a compensar as perdas de rendimento decorrentes da arborização da superfície agrícola (Prémio por perda de rendimento).

De evidenciar também, nas Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC, as Medidas Agroambientais com 632 mil contos de subsídios no período considerado, as quais procuravam dar resposta a problemas concretos sentidos por esta Região, designadamente nas zonas desfavorecidas (Serra e Barrocal) com evidentes fragilidades estruturais e caracterizadas por uma acentuada recessão demográfica, baixo nível de vida das populações e envelhecimento das mesmas.

Um dos objectivos fundamentais das Medidas Agroambientais é “a extensificação, das produções vegetais e animais compatível com a protecção do ambiente e a preservação do espaço natural”. Ora, a maior parte dos sistemas de agricultura na Serra e no Barrocal do Algarve são extensivos, contribuindo assim para os objectivos pretendidos. Por isso, de entre as diferentes medidas agro-ambientais, pareceu-nos importante a análise do impacte das Medidas 13 e 14.

A Medida 13, tinha por objectivo subsidiar fruteiras de variedades regionais. Existem muitos pomares de fruteiras de variedades regionais explorados em regime de sequeiro que produzem frutos de elevada qualidade organoléptica, mas que apresentam produções muito baixas, tal como os seus rendimentos, o que tem levado a que os agricultores as substituam por outras variedades, com

produções superiores, originando maiores rendimentos mas exigindo maiores quantidades de adubos e fitofármacos. Em consequência desta substituição os pomares tornam-se mais poluentes para o meio ambiente e têm-se vindo a perder variedades regionais importantes. Assim, através desta medida é concedida uma ajuda anual aos agricultores, produtores de variedades regionais, que os compensa pela perda de rendimento que sofrem por não adoptarem outras variedades exóticas mais produtivas, devendo os beneficiários comprometer-se a manter as fruteiras regionais em boas condições de produção, utilizando técnicas de cultivo tradicionais, nomeadamente podas e mobilizações de solo e proceder anualmente à colheita dos frutos.

A Medida 14, visava apoiar especificamente os Pomares Tradicionais de Sequeiro do Algarve, pomares estes constituídos por consociações de alfarrobeiras, amendoeiras, figueiras e oliveiras que constituem elemento essencial na paisagem do Barrocal algarvio e tiveram um papel fundamental na economia agrícola regional, quer pela área ocupada, quer pelo número de pessoas que deles dependiam. No entanto, de alguns anos a esta parte, estes pomares, não só devido à diminuição dos preços de mercado dos produtos (amendoa, figo e alfarroba) como também devido aos elevados custos da mão-de-obra a eles associada, pois têm de competir com o turismo, têm vindo a ser substituídos por culturas mais intensivas (ex. horticultura intensiva e citrinos) ou mesmo abandonados. Com vista a fixar a população e a preservar a paisagem rural, esta medida institui uma ajuda aos agricultores que visa complementar o rendimento obtido com estes pomares.

Este “grupo” de medidas do PAMAF (medidas 2 e 3) e de Acompanhamento da Reforma da PAC, (Reg. (CEE) 2080/92 e Agro-Ambientais, Medidas 13 e 14) que se revelaram com importância para o Algarve, representaram no período considerado, 82% do investimento global pelo PAMAF e Medidas de Acompanhamento e 77% dos respectivos subsídios.

A análise do impacte da aplicação deste “grupo” de medidas de política, incidirá em Loulé, um concelho que pode ser considerado representativo da região, pois sendo o maior do Algarve (15% da área) o seu território inclui Litoral (freguesias de Quarteira e Almancil), Barrocal (freguesias de Boliqueime, S. Sebastião, S. Clemente e parte das de Querença, de Salir, de Benafim e de Alte) e Serra (a totalidade da freguesia do Ameixial bem como as restantes áreas das freguesias de Alte, Benafim, Salir e Querença) (Figura II.1). Com base nos elementos recolhidos nos projectos entrados no IFADAP, bem

Figura II.1 - O Concelho de Loulé por Regiões Naturais



como na DRAAlg e beneficiando do conhecimento do Concelho de Loulé por elementos da equipa deste projecto de investigação foi possível fazer uma “estimativa” da afectação destes fundos, pelas diferentes regiões naturais neste Concelho: Litoral, Barrocal e Serra.

3 – O Concelho de Loulé:

A este concelho pertencem as seguintes freguesias: Alte (9.416 hectares), Ameixial (12.143 hectares), Benafim (5.151 hectares), Querença* (5.868 hectares), Salir (18.800 hectares), S. Clemente (4.525 hectares), Boliqueime (4.139 hectares), S.

Sebastião (6.375 hectares), Almancil (6.318 hectares) e Quarteira (3.778 hectares).

As três sub-regiões naturais em termos de área têm a seguinte ocupação: Serra 46%, Barrocal 42% e Litoral 12%.

A SERRA – É a “fronteira” entre o Algarve e o Alentejo. É formada por cadeias montanhosas de comunicações difíceis, onde se enquadram as freguesias do Ameixial e parte das freguesias de Alte, Benafim, Salir e Querença. Ocupa uma área de 35.150 hectares, cerca de 46% da área total do concelho. Caracteriza-se por uma grande predominância de solos esqueléticos, pelo que dispõe apenas de escassas centenas de hectares de solos com aptidão agrícola. Estes estão localizados no fundo dos vales, onde se pratica agricultura de subsistência. Com a célebre campanha do trigo (anos 30/40) os solos da Serra foram explorados com cerealicultura, que muito contribuiu para o seu processo de desflorestação e conseqüente erosão. Após o abandono da cultura dos

* Querença é aqui considerada incluindo o actual território da freguesia da Tor recentemente criada a partir daquela.

cereais, as produções agrícolas foram orientadas para a produção de frutos e plantas silvestres e para o aproveitamento florestal, complementado com a pecuária (ovelhas e cabras) e alguma hortofruticultura para autoconsumo. Nesta zona, destacam-se vastas áreas de montado de sobro e medronheiro e terrenos incultos, assim como áreas de arvenses de sequeiro.

Nas últimas décadas assistiu-se ao intenso e progressivo despovoamento dos pequenos aglomerados dispersos, existentes um pouco por toda a Serra e ao quase total abandono. Recentemente há sinais de abrandamento desta tendência.

O BARROCAL – Em termos agrícolas, no Barrocal predomina a actividade agrícola tradicional de sequeiro, actualmente em crise devido à baixa cotação de mercado dos seus produtos, conduzindo ao abandono dos pomares mistos tradicionais de alfarrobeiras, amendoeiras, figueiras e oliveiras, que praticamente deixaram de ser tratados e em muitos casos, inclusivé, a apanha dos frutos deixou de se processar. Na parte menos acidentada encontram-se áreas de regadio, ocupadas principalmente por citrinos e horticultura de primores, com bastante expressão económica. No entanto, os elevados custos associados à despedrega, assim como à rega, têm limitado a expressão do regadio. Os níveis freáticos nestas zonas encontram-se geralmente bastante profundos, mas tem sido possível a abertura de furos de captação de água. O pomar tradicional de sequeiro, que na década de 60, tinha um papel de relevo na economia regional foi posto em causa pelas razões expostas.

O LITORAL – Ocupa 12% da área do concelho e a par dos sistemas agrícolas existentes, hortofruticultura intensiva e extensiva, concentram-se áreas turísticas e urbanas, com reflexos tanto a nível físico e da paisagem como a nível sócio-económico, concorrentes com a actividade agrícola no que respeita à utilização de recursos, nomeadamente, mão-de-obra e os escassos recursos hídricos.

3.1 - Caracterização Sócio-Económica do Concelho de Loulé

O concelho de Loulé acolhe cerca de 14% da população algarvia (47.840 habitantes) (CCRAAlg).

No período de 1960/1991 verificou-se uma diminuição dos quantitativos populacionais das freguesias do Interior (principalmente Ameixial, Alte e Salir) em benefício das freguesias urbanas (S. Clemente e S. Sebastião) e litorais (Quarteira e Almancil).

Relativamente à distribuição da população, o concelho de Loulé apresenta

2 – Que tipo de explorações (Muito pequenas e Pequenas, Médias ou Grandes)*³ mais beneficiou de cada Medida?

3 – Quando se tratou de projectos de investimento, que tipo de investimento dominou, por tipo de explorações?

Ao nível das três regiões naturais do concelho de Loulé, concluímos que do montante total investido (~370 mil contos), o Barrocal absorveu 42%, seguido da Serra com 41% e do Litoral com 17%. Das explorações que beneficiaram destas medidas, 6% localizam-se na Serra, 91% no Barrocal e 3% no Litoral.

Particularizando as diferentes medidas:

- No que respeita aos investimentos ao abrigo da Medida 2.1 do PAMAF, que visava a melhoria da eficácia das estruturas agrícolas, 56% destes incidiram no Barrocal, 28% no Litoral e 16% na Serra. Quanto ao número de explorações beneficiadas 70% localizavam-se no Barrocal, 21% na Serra e 9% no Litoral.

- Na Serra, 50% dos investimentos incidiram nas "muito pequenas e pequenas" explorações, no Barrocal cerca de 40% incidiu em "grandes" explorações, 25% nas "médias" e 35% nas "pequenas e muito pequenas" explorações.

No Litoral a incidência em número de explorações foi insignificante 9% (3 projectos), distribuídos pelos estratos pequeno, médio e grande. No entanto, podemos destacar que a uma só exploração correspondeu 70% do investimento desta zona.

Como foi dito anteriormente, os investimentos ao abrigo desta medida (2.1) dominaram essencialmente no Barrocal. Constatámos porém que estes investimentos tanto a nível do Concelho como das diferentes regiões naturais destinaram-se essencialmente à "modernização das explorações", isto é, à aquisição

*³- De acordo com a metodologia adoptada por Rolo, 1988, in *A(s) Agricultura(s) Algarvias contributo para a sua caracterização no início dos anos 80*, consideraremos como explorações: Muito pequenas – na Serra as de dimensão <20 ha, no Barrocal as <4 ha e no Litoral as <2 ha. Pequenas – na Serra as de dimensão compreendida entre 20 e 50 ha; no Barrocal as de 4 a 10 ha e no Litoral as de 2 a 5 ha.

Médias – na Serra as de dimensão >50 a 100 ha; no Barrocal as >10 a 20 ha e no Litoral as > 5 a 10 ha.

Grandes – na Serra as de dimensão > 100 ha; no Barrocal as >20 ha e no Litoral as >10 ha.

de máquinas e equipamentos que absorveu 54% (118 452 contos) do investimento ao nível do Concelho e desta quantia, 17% destinou-se à modernização de explorações na Serra, 65% no Barrocal e 18% no Litoral. Do montante global investido em cada uma das regiões naturais, constatámos que na Serra 55% foi para "aquisição de máquinas e equipamentos" e no Barrocal e Litoral, 62% e 36% respectivamente. Verificámos também que este tipo de investimento predominou indiscriminadamente em todo o tipo de explorações, "muito pequenas e pequenas", "médias" e "grandes".

Os investimentos em melhoramentos fundiários também foram significativos (56 724 contos), representando no entanto apenas 26% do total investido no Concelho, e deste montante pode referir-se que 52% se destinou a investimento numa pequena exploração do Litoral, enquanto 37% foi para investimentos em explorações dos diferentes tipos no Barrocal e 11% na Serra, para explorações muito pequenas (3) e grandes (1). De salientar que, a grande exploração isoladamente absorveu 76% desta rubrica, na Serra.

Os investimentos, ao abrigo desta medida, em plantações não foram significativos (20 488 contos) representando menos de 10% do total do investimento no Concelho. Releve-se que os investimentos em plantações concentraram-se essencialmente no Barrocal com 79% deste montante (85% para citrinos, 14% para frutos secos e 1% para prunoideas).

Foram as "grandes" explorações do Barrocal (>20ha) que investiram mais em plantações de citrinos (64,4%) enquanto que os investimentos em frutos secos e prunoideas surgiram apenas nas "muito pequenas e pequenas" do Barrocal. As plantações na Serra foram nas "muito pequenas" explorações e destinaram-se a "outras fruteiras".

Ao abrigo deste regulamento instalaram-se 6 jovens, 5 no Barrocal e 1 na Serra.

Ao abrigo do PDF, medida 3 do PAMAF, o Concelho de Loulé deteve 11% dos projectos aprovados para o Algarve no mesmo período. Destes, 73% incidiram na Serra e os restantes 27% no Barrocal.

A grande "fatia" do investimento (93%) foi para a Serra. Mas enquanto que, 30% deste montante (23 379 contos) se destinou a 73% das explorações beneficiadas da zona (16, "muito pequenas e pequenas explorações"), 27% dos projectos absorveram 70% do investimento (51 891 contos).

Na Serra deparamo-nos com investimentos médios por explorações da ordem dos 1 500 contos para as "muito pequenas e pequenas" explorações, de 7 500 contos para as "médias" e de 14 000 contos para as "grandes".

O Barrocal deteve apenas 7% do investimento, 5 735 contos, e 62% deste incidiu em "muito pequenas e pequenas explorações". Constataram-se investimentos médios, relativos às "pequenas e muito pequenas" explorações da ordem dos 506 contos e de cerca de 2 000 contos para as "médias".

Em Loulé a maior fracção do investimento nos projectos aprovados ao abrigo do PDF, no período 1994/96, foi respeitante à acção de arborização, a qual representou 51,2% do investimento total (~7% para a arborização em alfarrobeiras e ~45% em arborização com outras espécies).

Do investimento, 36% destinou-se a beneficiação, (~0,4% para beneficiação de alfarrobeira e 35,5% para outras espécies).

O montante dos projectos que se destinou a infraestruturas e uso múltiplo foi insignificante, aproximadamente 7% e 2%, respectivamente.

Do montante total aprovado para a Serra, 75 270 contos, constatou-se que cerca de 86% se destinou a arborização (48%) e a beneficiação (38%) de outras espécies, enquanto que o montante aprovado para o Barrocal, 5 735 contos, visou essencialmente a arborização (88,4%) e beneficiação (5,4%) de alfarrobeiras.

Ao abrigo do PDF no Concelho de Loulé arborizaram-se, assim, cerca de 283 ha, 253 ha (~90%) na Serra e 30 ha (10%) no Barrocal.

Na arborização utilizaram-se povoamentos puros e povoamentos mistos, destacando-se a arborização com sobreiro estreme em cerca de 210 ha (74% da área arborizada).

Na Serra de xisto à semelhança do observado para o concelho em globo, o destaque foi para a arborização com sobreiro, enquanto que no Barrocal a arborização fez-se na totalidade com alfarrobeira.

Em Loulé, no período em estudo, foi beneficiada uma área de 477 ha, destacando-se a beneficiação de sobreiros em cerca de 76,7% da área. Na Serra o destaque vai para a beneficiação de sobreiros, que representou 77,5% da área de intervenção em beneficiação e no Barrocal a beneficiação incidiu em povoamentos de alfarrobeiras e sobreiros, respectivamente com 69% e 31%.

Os projectos ao abrigo deste regulamento incidiram essencialmente nas

"muito pequenas e pequenas" explorações, tanto na Serra (73%) como no Barrocal (87,5%).

Nestes projectos das "muito pequenas e pequenas" explorações, da Serra (16), o investimento que foi da ordem dos 23 400 contos contribuiu para arborizar cerca de 50 ha, 33,5 de sobreiros, 2,8 de alfarrobeiras e 13 ha de sobreiro x pinheiro manso, contribuiu também para a beneficiação de cerca de 210 ha de plantações já existentes, 163 ha de sobreiros e 47 ha de consociação de sobreiros e azinheira.

No entanto, nesta zona foram os projectos de explorações "médias" (5) que dominaram o investimento (37 600 contos) tanto em arborização (15 744 contos) como em beneficiação (16 225 contos), contribuindo para uma expansão de área de sobreiros da ordem dos 133 ha e beneficiação de 226 ha de plantações existentes.

No Barrocal o investimento foi de 5 735 contos, e foram os projectos das "muito pequenas e pequenas" explorações que absorveram a maior fracção do investimento aprovado (62%) em arborização, beneficiação e infraestruturas. Contribuíram assim, para uma expansão de 17,5 ha de alfarrobeiras e beneficiação de 8,23 ha de alfarrobeiras e sobreiros.

Neste período, a totalidade dos projectos aprovados para o Barrocal de Loulé permitiu a plantação de cerca de 30 ha de alfarrobeiras e beneficiação de 8,23 ha.

Ao abrigo do Reg.(CEE)2080/92, dos 68 587 contos investidos, podemos constatar que:

- a maior fatia do investimento aprovado destinou-se à Serra (60%), seguindo-se o Barrocal com 38,5%. O montante investido no Litoral foi insignificante (~1%);
- do total dos projectos (37), 27% incidiram na Serra e 70% no Barrocal;
- cerca de 70% dos projectos, tanto na Serra, como no Barrocal eram de "pequenas e muito pequenas" explorações;
- o investimento médio aprovado por projecto na Serra (4 138 contos) foi muito superior ao do Barrocal (1 020 contos);
- o investimento médio, das "pequenas e muito pequenas" explorações na

Serra foi da ordem dos 2 375 contos, enquanto que, no Barrocal, para o mesmo tipo de explorações, temos 615 contos de investimento médio;

-na Serra o investimento das "médias" e "grandes" explorações foi em média de 7336 contos e 5 118 contos, respectivamente, enquanto que no Barrocal foi de 1021 e 1 293 contos;

-cerca de 86% do investimento no Concelho (59 169 contos), destinou-se a arborização, encontrando-se distribuído quase que equitativamente tanto para arborização com alfarrobeiras como com outras espécies (43% cada);

-a arborização no Barrocal e Litoral visou quase que exclusivamente a expansão do alfarrobeiral, (99,5% do investimento em arborização nesta zona), a que lhe correspondeu uma área de 141,95 ha; no Barrocal houve apenas uma expansão de cerca de 1 ha de sobreiros;

-os 34 330 contos investidos na Serra em arborização proporcionaram uma expansão de 216 ha. Cerca de 14% deste investimento foi para alfarrobeiras, a que lhe correspondeu uma expansão de ~27 ha e 86% para outras espécies, distribuindo-se em plantações de pinheiro bravo (~14 ha); sobreiro (~56 ha) e consociação pinheiro x sobreiro (~119 ha).

Na Serra as consideradas "médias" explorações onde incidiram 30% dos projectos desta zona, absorveram cerca de metade do investimento aprovado para esta, isto é, cerca de 50% do montante de arborização, 88% do montante para beneficiação e 62% do montante para infraestruturas. Contribuíram assim, para a florestação de cerca de 109 ha, 22 ha com alfarrobeiras e 87 ha com consociação de pinheiro e sobreiro.

O custo médio por hectare arborizado na Serra foi de 139 contos, mas deparamo-nos com custos médios por hectare arborizado bastante diferenciados:

- 198 contos/ha para as "grandes" explorações;
- 159 contos/ha para as "médias" explorações;
- 140 contos/ha para as "muito pequenas e pequenas" explorações;

No Barrocal, o investimento em arborização com alfarrobeiras foi dominante, tendo contribuído para um aumento de área de cerca de 142 ha.

Foram as "médias" e "grandes" explorações do Barrocal que mais contribuíram para esta expansão, a 35% dos projectos desta zona correspondeu 62% do acréscimo de área de alfarrobeiral.

As Medidas 13 e 14 das agroambientais, são medidas de política que visam a preservação do património ecológico e paisagístico, subsidiando por isso a manutenção de pomares estremos de variedades regionais e do pomar tradicional de sequeiro.

-Ao abrigo destas medidas, neste período, foram subsidiadas 793 explorações, 15% das existentes no Concelho de Loulé e correspondendo a 16,5% da Superfície total.

-Foram os agricultores a "Título Principal" (73% das candidaturas) que mais beneficiaram destas medidas de política e estas incidiram essencialmente no Barrocal (96% do total das candidaturas referiam-se a explorações situadas no Barrocal, 2% na Serra e 2% no Litoral).

-A área de pomar de sequeiro abrangida pelo subsídio da medida 14 ultrapassou os 4 400 ha, enquanto que o pomar estreme de variedades regionais, medida 13, não atingiu os 8 ha.

-Constatámos que o impacto da medida 13 foi insignificante. As candidaturas referiam-se exclusivamente a explorações situadas no Barrocal e foram pouquíssimas as que beneficiaram de tal subsídio, 0,14% (5) das explorações. A área média por exploração subsidiada por esta medida foi de 1,5 ha e as explorações distribuíram-se pelas freguesias de Alte, Benafim, S.Sebastião e Boliqueime.

Contrariamente podemos dizer que o impacto da medida 14 foi relevante, especialmente, na zona do Barrocal. Neste período, o número de candidaturas, 788, correspondeu a 20% das explorações do Barrocal, 2% das da Serra e 3% das do Litoral.

Numa análise global pudemos constatar que das explorações beneficiadas por esta medida, 72% (567) correspondiam a "muito pequenas e pequenas" explorações distribuindo-se, 2% na Serra, 69% no Barrocal e 1% no Litoral. Constatámos também que foram as "grandes" explorações que menos beneficiaram desta medida de política, tanto em número de explorações (7,5%) como em área beneficiada (18%).

O Barrocal foi, sem dúvida, a zona que mais beneficiou com esta medida, pois, do total das candidaturas efectuadas neste período, 95% (753) referiram-se a explorações desta zona a que lhes correspondeu 97% (4 262 ha) da área total de pomar tradicional de sequeiro subsidiada.

Relativamente a "tipos" de exploração e áreas subsidiadas no Barrocal, constatámos que:

- À semelhança do que aconteceu na globalidade do Concelho cerca de 72% das explorações subsidiadas eram "muito pequenas e pequenas" explorações, 21% "médias" e 7% "grandes".
- Às "muito pequenas e pequenas" correspondeu cerca de 50% da área abrangida nas candidaturas desta zona enquanto que para as "médias" 32,5% e para as "grandes" 17,5%.
- Nesta zona, a área média subsidiada por exploração foi de 5,65 ha, sendo no entanto de cerca de 4 ha para as "muito pequenas e pequenas", e de 9 e 13 ha para as "médias" e "grandes", respectivamente.

Ao abrigo da medida 14, houve explorações subsidiadas em todas as freguesias deste Concelho, porém, foram as de S. Sebastião, Boliquireme, Alte e Salir onde dominaram, em cerca de 75%, tanto em área de candidatura como em número de proponentes.

Em Conclusão:

Da análise deste grupo de Medidas de Política, no período analisado (Janeiro de 1994 a Dezembro de 1996) resulta que:

A Medida 2.1 do PAMAF, que visava aumentar a eficácia e a competitividade das explorações agrícolas, beneficiou com investimento 0,6% das explorações do Concelho de Loulé, contribuindo essencialmente para a modernização destas, uma vez que 54% do investimento se destinou à aquisição de máquinas e equipamentos.

Ao abrigo desta medida, os investimentos em melhoramentos fundiários também foram significativos, pois atingiram 26% do total. Mas em plantações foi bastante reduzido, menos de 10%, que se localizaram essencialmente no Barrocal.

Dos projectos propostos pela medida 2.1, 18% foram relativos à instalação de jovens agricultores. Estes instalaram-se preferencialmente no Barrocal, com 83% destes projectos.

A Medida 3 do PAMAF, que visava rearboreizar áreas de potencial uso florestal, beneficiar áreas florestais existentes, promover a construção e melhoria de infraestruturas florestais bem como fomentar o uso múltiplo da floresta, e o

Reg.(CEE)2080/92, medida de acompanhamento da reforma da PAC tendo em vista a florestação de terras agrícolas, incidiram em 1,3% das explorações do Concelho, tendo contribuído para um acréscimo de 204,5 hectares de alfarrobeiras e 440,5 ha de outras espécies que incluem o sobreiro e o pinheiro bravo.

Contribuíram também para a beneficiação de áreas já existentes de alfarrobeiral (6 hectares) e de outras espécies 471 hectares, incluindo o sobreiro e consociações deste com pinheiro bravo ou com azinheira.

As Medidas 13 e 14 das Agroambientais, visam contribuir para a preservação do património ecológico e paisagístico, subsidiando a manutenção de pomares estromes de variedades regionais (medida 13) e do pomar tradicional de sequeiro (medida 14). No período considerado estas medidas beneficiaram 15% das explorações deste Concelho. A área de pomar tradicional de sequeiro abrangida pelo subsídio da medida 14 ultrapassou os 4 400 hectares enquanto que o pomar estreme de variedades regionais, previsto na medida 13, não atingiu os 8 hectares. Podemos dizer que o impacto da medida 13 foi insignificante, enquanto o da medida 14 foi relevante.

Pelo que respeita às questões formuladas, vejamos:

Quanto ao contributo destas medidas para a revitalização de explorações da Serra e/ou do Barrocal podemos, de acordo com a estimativa de distribuição das explorações agrícolas do concelho de Loulé elaborada pela equipa do projecto, correlacionar a incidência dos diferentes tipos de projectos em análise e a distribuição das explorações pelas regiões naturais (Quadro IV.1). Concluindo-se que:

- Pelo PAMAF (somatório da medida 2.1 e medida 3) foram as explorações da Serra que mais beneficiaram deste programa, pois, 18% das explorações do Concelho concentraram 46% dos projectos e 53% do subsídio atribuído. Estes valores devem-se essencialmente à aplicação da Medida 3 cujos projectos incidiram essencialmente na Serra (73% em número e 93% do investimento). Cerca de 25% dos projectos propostos para o Barrocal pela medida 2.1, foram de jovens agricultores, enquanto que para a Serra, estes projectos de jovens agricultores, representaram menos de 15%.

- Pelas Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC, o Reg.(CEE)2080/92, que previa a reconversão de terras agrícolas em floresta teve também grande relevância na Serra, pois, 27% dos projectos

Quadro IV.2 - Distribuição percentual dos projectos e montantes aprovados por Regiões Naturais

Regiões Naturais do Algarve		PAMAF						Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC						
								Medidas Agro-ambientais				Medidas Florestais na Agricultura		
		Medida 2.1		Medida 3		Medida 13		Medida 14		Reg. (CEE) 2080/92				
Denominação	Distribuição das Explorações (%) *	Projectos (%)	Investimento (%)	Subsídio (%)	Projectos (%)	Investimento (%)	Subsídio (%)	Projectos (%)	Pagamento (%)	Projectos (%)	Pagamento (%)	Projectos (%)	Investimento (%)	Subsídio (%)
SERRA	18	21	17	17	73	93	94	-	-	2	1	27	60	61
BARROCAL	70	70	56	63	27	7	6	100	100	96	97	70	39	38
LITORAL	12	9	28	20	-	-	-	-	-	2	2	3	1	1

* - Estimativa elaborada pela equipa do projecto com base nas listagens por lugares do RGA 99

incidiram nesta zona correspondendo-lhes cerca de 60% do investimento e do subsídio deste período.

- Contrariamente as Medidas Agroambientais beneficiaram essencialmente as explorações do Barrocal, 96% das explorações beneficiadas por estas medidas, neste período, localizavam-se no Barrocal.

Quanto às explorações (Muito pequenas e Pequenas, Médias ou Grandes) que mais beneficiaram com cada Medida, (Quadro IV.3) tendo em conta a tipologia adoptada pode dizer-se que:

- A maior percentagem de projectos aprovados, refere-se às "muito pequenas e pequenas" explorações, tanto no âmbito do PAMAF (Medida 2.1-48% e Medida 3-76%), como pelas Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC, (Reg. CEE 2080/92-65%, Med. 13-40% e Med. 14-68%).

- Ao abrigo da Medida 2.1 verificou-se um certo equilíbrio entre a afectação do investimento e subsídio e a distribuição percentual dos projectos pelos diferentes tipos de explorações e regiões naturais o mesmo não acontecendo em relação à Medida 3, onde pudemos verificar que a 76% dos projectos aprovados, que se referiam a "muito pequenas e pequenas" explorações, corresponderam-lhes apenas 33% do investimento e 31% do subsídio por esta Medida. Contrariamente a 20% dos projectos, relativos

Quadro IV.3 - Distribuição percentual do número de projectos aprovados, investimento e subsídio pelos diferentes tipos de explorações

Tipo de Explorações		PAMAF						Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC						
								Medidas Agro-ambientais			Medidas Florestais na Agricultura			
		Medida 2.1		Medida 3		Medida 13		Medida 14		Reg. (CEE) 2080/92				
		Projectos (%)	Investimento (%)	Subsídio (%)	Projectos (%)	Investimento (%)	Subsídio (%)	Projectos (%)	Pagamentos (%)	Projectos (%)	Pagamentos (%)	Projectos (%)	Investimento (%)	Subsídio (%)
Muito Pequenas e Pequenas	Serra	15	8	9	53	29	28	-	-	2	1	16	21	21
	Barrocal	30	20	23	23	4	3	40	13	68	55	46	15	15
	Litoral	3	20	14	-	-	-	-	-	1	1	3	1	1
Médias	Serra	3	5	5	17	46	45	-	-	-	-	8	32	33
	Barrocal	18	13	14	13	3	2	40	10	20	31	16	9	9
	Litoral	3	4	2	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Grandes	Serra	3	4	4	3	18	21	-	-	-	-	3	7	7
	Barrocal	21	23	25	-	-	-	20	77	7	11	8	14	14
	Litoral	3	4	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-

a explorações "médias", correspondeu-lhes 49% e 47% do investimento e subsídio respectivamente. Relativamente às "grandes" explorações, 3% dos projectos, afectou 18% do investimento e 21% do subsídio.

Quanto ao investimento que dominou, por tipo de explorações, (Quadro IV.4) pudemos constatar que:

- Ao abrigo da Medida 2.1 do PAMAF, o tipo de investimento que se evidenciou como dominante independentemente do tipo de exploração foi a aquisição de máquinas e equipamentos seguida de melhoramentos fundiários.

- Pela Medida 3 do PAMAF verificámos que, as "muito pequenas e pequenas" explorações afectaram a quase totalidade do seu investimento à arborização e beneficiação, no entanto enquanto que as da Serra dividiram-no quase que equitativamente pela arborização (43%) e beneficiação (47%) de outras espécies, com domínio do sobreiro, as do Barrocal concentraram o investimento na arborização com alfarrobeiras (85% do total do seu investimento)

- Nas "médias" explorações, à semelhança das "muito pequenas e peque-

Quadro IV.4 - Distribuição percentual do montante dos projectos por tipo de investimento por tipo de exploração e por Regiões Naturais

Tipo de Exploração	FAMAF											Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC											
	Medida 2.1						Medida 3					Reg. (CEE) 2080/92											
	Investimentos						Arborização		Beneficiação			Arborização		Beneficiação									
	Melhoramentos Fundiários (%)	Construção Agrícola (%)	Planificações (%)	Atividades Reprodutivas (%)	Máquinas e Equipamentos (%)	Outras (%)	Florestas (%)	Turísticos e Artesanais (%)	Fabrico e Venda de Prod. Expl. (%)	TOTAL (Escudos)	Outras Espécies (%)	Alfarrobeira (%)	Outras Espécies (%)	Alfarrobeira (%)	Infraestruturas (%)	TOTAL (Escudos)							
Muito Pequenas e Pequenas	Serra	8	3	23	*	65	*	*	*	18.207.500	43	1	47	*	*	4	23.378.599	82	5	*	*	7	14.251.000
	Barrocal	20	11	12	*	56	*	*	*	44.010.180	*	85	*	9	*	*	3.543.747	1	93	*	*	*	10.667.000
	Litoral	69	22	*	*	9	*	*	*	43.033.260	*	*	*	*	*	*	*	*	94	*	*	*	*
Médias	Serra	*	39	*	10	51	*	*	*	10.258.700	42	*	43	*	*	7	37.601.600	68	18	9	*	8	22.008.000
	Barrocal	13	7	8	*	71	*	*	*	29.137.040	*	94	*	*	*	*	2.190.900	*	92	*	*	3	6.126.000
	Litoral	*	*	*	100	*	*	*	*	9.421.500	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Grandes	Serra	59	4	*	*	37	*	*	*	8.037.350	73	*	11	*	*	13	14.289.700	89	*	5	*	*	5.118.000
	Barrocal	17	2	16	*	63	*	*	*	49.757.160	*	*	*	*	*	*	*	*	92	*	*	2	9.878.000
	Litoral	*	*	*	100	*	*	*	*	8.269.200	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
TOTAL										220.130.890	TOTAL					31.064.546	TOTAL					63.202.720	

nas" o investimento incidiu quase que exclusivamente (94%) na arborização com alfarrobeiras na zona do Barrocal enquanto que na Serra este se distribuiu equitativamente na arborização (42%) e beneficiação (43%) de outras espécies.

-As "grandes" explorações investiram exclusivamente na Serra e o investimento destinou-se essencialmente à arborização (73%) de outras espécies. Neste grupo de explorações verificaram-se também investimentos em infraestruturas (13%) e beneficiação (11%) de outras espécies.

-No âmbito do Reg.(CEE)2080/92, florestação de terras agrícolas que se inclui nas Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC, constatámos que os investimentos dos diferentes tipos de explorações, "muito pequenas e pequenas", "médias" e "grandes", se destinaram preponderantemente à arborização, sendo esta de alfarrobeiras no caso de explorações do Barrocal e do Litoral, e de outras espécies no caso das da Serra. Assim, deparámo-nos na Serra, com investimentos em arborização, de outras espécies, da ordem dos 82%, 60% e 89% do total do investimento para cada tipo, "muito pequenas e pequenas", "médias" e "grandes" respectivamente, enquanto o investimento em arborização de alfarrobeiras no Barrocal, referente aqueles três tipos de explorações foi de, 93%, 92% e 92% respectivamente.

-De referir também, que ao abrigo desta medida, a percentagem do investimento total relativa a beneficiação, tanto de alfarrobeiral como de outras espécies é insignificante, o mesmo acontecendo para o investimento em infraestruturas.